

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Antonio Augusto/STF



Alexandre de Moraes defende atuação articulada das instituições contra violência de gênero

Ao participar da cerimônia de sanção de dois projetos voltados ao fortalecimento das políticas públicas para mulheres, no Palácio do Planalto, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, afirmou, nesta quarta-feira (29), que o enfrentamento à violência de gênero depende tanto de mudanças legislativas quanto da atuação articulada das instituições. Presidente em exercício do STF, Moraes defendeu uma atuação coordenada entre os três Poderes e os governos estaduais para reduzir casos de feminicídio no país.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Prisões por inadimplência nas pensões alimentícias

Uma das leis sancionadas pelo presidente Lula prevê o pagamento automático da pensão alimentícia por Pix. A iniciativa partiu da deputada federal Tábata Amaral (PSB-SP) e estabelece débito automático pelas instituições financeiras na conta de quem paga a pensão em datas definidas pela Justiça. Ex-promotor de Justiça da área de família, o ministro Alexandre de Moraes sustentou que o problema da inadimplência no pagamento de pensões alimentícias permanece praticamente inalterado há décadas. Segundo o magistrado, houve, aproximadamente, 51 mil prisões por esse motivo em 2025, e cerca de 2 mil pessoas continuam presas por se recusarem a quitar o débito. Na avaliação de Moraes, a lei dará maior segurança econômica às mães responsáveis pelos filhos e reduzirá a inadimplência. Ele afirmou que o CNJ atuará em parceria com o Banco Central para viabilizar rapidamente a implementação do sistema.

Sem autorização

A defesa de Jair Bolsonaro negou que o ex-presidente tenha autorizado a divulgação de um vídeo com sua imagem produzida por meio de Inteligência Artificial na convenção nacional do PL. Quem vai acabar sendo punido é o candidato Flávio Bolsonaro. Provavelmente, com multa. A decisão da Justiça Eleitoral, neste caso, será um bom parâmetro para excessos no uso de IA na campanha.

Reprodução/YouTube



Concurso de decisões em favor do meio ambiente

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai premiar decisões judiciais proferidas com base na proteção e promoção da defesa do meio ambiente. Magistrados e magistradas pode inscrevê-las, até 20 de setembro, no II Concurso Nacional de Decisões Interlocutórias, Sentenças e Acórdão sobre Meio Ambiente. O material tem de ter sido proferido no período de 1º de janeiro de 2024 até 16 de julho de 2026, data em que o edital do concurso foi publicado.

Pedido de reconhecimento de elegibilidade

O ex-procurador da República e ex-deputado Deltan Dallagnol entrou com um pedido na Justiça Eleitoral do Paraná para ser declarado em condições para concorrer a um mandato de senador nas eleições de outubro. Ele entrou com um dispositivo denominado RDE (Requerimento de Declaração de Elegibilidade), mecanismo introduzido na legislação pela Lei Complementar 219/2025, que alterou a Lei da Ficha Lima. Funciona para que um pré-candidato obtenha uma manifestação prévia da Justiça sobre a sua elegibilidade antes do registro da candidatura. É que ele teve o mandato cassado pelo TSE, mas no acórdão não consta penalidade que o impeça de disputar eleições.



Evandro Sá/AF - 26/9/19

Cury recebe a carta das mulheres para a política

O escritor Augusto Cury (Avante) foi o primeiro pré-candidato a presidente da República a receber a Carta das Mulheres para a Política elaborada por coletivos femininos. A ideia é encaminhar a todos os presidenciáveis que disputarão as eleições desse ano, com a pauta de prioridades das mulheres para fortalecer a democracia brasileira e ampliar a participação feminina em espaços de poder. Assinam o documento: Movimento Mulheres que Pensam o Brasil, Quero Você Eleita, Elas no Poder, Instituto de Gestão, Cooperação e Políticas Públicas (IGCP), Rede Governança Brasil (RGB), RIG – Mulheres em Relações Governamentais, Lumine Gestão & Comunicação, Instituto Global ESG e Elas Pedem Vista. Para os coletivos femininos, “mais do que um conjunto de propostas, esta Carta expressa o compromisso de construir um Brasil mais representativo, plural e democrático, reconhecendo que ampliar a participação das mulheres na política é condição indispensável para o desenvolvimento econômico, social e institucional do país”.

Divulgação/Dennis William



TJDFT mantém condenação de homem por bomba em caminhão-tanque no Aeroporto de Brasília

Em decisão unânime, a 3ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) manteve condenação de Wellington Macedo de Souza a seis anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de explosão majorada. O artefato explosivo foi colocado no eixo traseiro de caminhão-tanque, carregado com 63 mil litros de querosene de aviação, estacionado nas imediações do Aeroporto Internacional de Brasília, na madrugada de 24 de dezembro de 2022.

Carga explosiva

Segundo a denúncia, Wellington Macedo de Souza recebeu o artefato de comparsa e depositou no veículo, que aguardava para reabastecer aeronaves. A bomba só não detonou por falha na montagem do mecanismo de acionamento. Na apelação, a defesa alegou ausência de intenção, desconhecimento sobre o conteúdo transportado, além de defender a tese de crime impossível, uma vez que o artefato não teria capacidade real de explodir. Os desembargadores rejeitaram os argumentos e ressaltaram que imagens de câmeras de segurança e a confissão de um corrêu demonstraram que o grupo passou repetidas vezes pelo local antes de escolher o ponto exato para a colocação do explosivo. A perícia concluiu que a carga explosiva era eficiente para produzir a detonação, e que a falha decorreu de erro acidental na montagem.

Walter Craveiro/Flip



"Sou servidora pública e fui duas vezes presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Tenho certeza da higidez e da segurança da urna eletrônica. (...) Não acredito que alguém em sã consciência tenha dúvidas sobre sua segurança"

Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF)